

JUSTIFICATIVA PARA A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Em conformidade com o artigo no artigo 5º da Lei no 8.666/93 e no artigo 141, 1º da Lei no 14.133/2021, princípios que regem a administração pública, especialmente os da eficiência, e supremacia dos meios de interesse público.

Conforme as exigências dadas pelo Art. 15, inciso V da Resolução 032/2016, justificamos a quebra da ordem cronológica de pagamento em nome do favorecido AGRONIL AGRONEGOCIOS DO NORDESTE, CNPJ nº 06.198.068/0001-03, referente à Nota de Empenho, para as Notas Fiscais que seguem especificadas:

- NE nº 2068 – R\$ 4.775,00 – (Quatro mil setecentos e setenta e cinco reais) – FEV/2025- conforme nota fiscal 308495;

No presente caso, a quebra da ordem cronológica foi necessária para garantir a continuidade do abastecimento de água para a comunidade do Sítio Violeta, que depende essencialmente desse recurso para suas atividades diárias, incluindo consumo humano, higiene e produção agrícola de subsistência. A falta de água comprometeria gravemente as condições mínimas de vida da população local, caracterizando situação de urgência e risco social.

A falta do pagamento no prazo pode comprometer a continuidade do serviço essencial, podendo causar prejuízos irreversíveis para população e sob responsabilidade da administração pública.

A justificativa para a antecedência do pagamento se faz com base no artigo 141, paragrafo 1º, inciso III da Lei no 14.133/2021, que estabelece a referida opção, que se aplica ao caso concreto em questão, onde a administração pública admite o método de acordo legal que faz a flexibilização da ordem cronológica em situações semelhantes relacionado ao prazo do pagamento, pois compromete a continuidade aos serviços essenciais, sendo neste momento necessário e importante a manutenção do serviço.

A fundamentação jurídica colocada a riste está esculpida no **o artigo § 1º do art. 141**, inciso III.

§ 1º A ordem cronológica referida no **caput** deste artigo poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

Além disso, uma administração pública deve garantir, conforme o negócio dos serviços públicos, que a prestação dos serviços essenciais não seja interrompida.

Sem o recurso em questão, a quebra da ordem cronológica de acordo com a justificativa de manutenção garante a continuidade e segurança no atendimento da população enferma, essencial à saúde pública e ao bem-estar da comunidade.

Com base no artigo 141, no 1º da Lei no 14.133/2021, que autoriza a flexibilização da ordem cronológica, solicitamos a autorização para antecipação do pagamento da Nota de Empenho no 2068. Tal medida visa assegurar a continuidade da prestação do serviço e cumprimento das obrigações do município, em benefício à população.

Atenciosamente,

Araçagi/PB, 21 de março de 2025.


JOSILDA MACENA BENÍCIO LEITE

PREFEITA


MARIA ELENICE

SECRETÁRIA DE FINANÇAS